

## Histórias de trabalhadores

---

uma entrevista com Marcelo Badaró Mattos

---

Marcelo Badaró Mattos é doutor em História e professor titular de História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense. É especialista em História do Brasil República e História social do trabalho, além de trabalhar com Teoria e Metodologia da História. Publicou vários livros, como **Trabalhadores e sindicatos no Brasil** (Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002) e **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca** (Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008). Organizou, recentemente, **Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil** (Rio de Janeiro, Bom Texto, 2010).

Entrevista concedida por correio eletrônico a Igor Gomes Santos em outubro de 2010, a partir de roteiro elaborado por Alex de Souza Ivo, Igor Gomes Santos e Jacira Cristina Santos Primo.

**Para começar, gostaríamos que nos falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica, quais foram e quais são as suas principais inquietações e também suas influências intelectuais.**

Sou professor e pesquisador de História - graduado, mestre e doutor em História - formado no Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro na graduação e Universidade Federal Fluminense na pós-graduação). Leciono História do Brasil na Universidade Federal Fluminense desde 1991 e pesquiso temas relacionados à História Social do Trabalho em perspectiva ampla. Isso envolve sindicalismo, organizações políticas de esquerda, greves, condições de trabalho, a classe trabalhadora fora dos espaços de trabalho, as relações entre Estado e classes dominantes, por um lado, e classe trabalhadora, por outro, entre outras questões. Também me preocupo com discussões teóricas, metodológicas e historiográficas. Tendo a não me fixar em temas muito específicos ou em recortes cronológicos fechados, transitando entre as discussões sobre o tempo presente e passados mais distantes, embora nunca indo além da segunda metade do século XIX em meus recuos no tempo. Sou influenciado por aquilo que Edward Palmer Thompson definiu como uma “tradição, derivada de Marx, de investigação e crítica abertas (...) de razão ativa”.

**Sua ação e produção não é meramente acadêmica, existindo espaço também para o lado militante. Como o senhor faz para conciliar esses dois lados? Em algum momento existiu incompatibilidade com esses dois tipos de ação?**

A formulação da pergunta já denota o “espírito da época”. A definição de intelectual, desde a sua origem moderna (as referências à *intelligentsia* russa, ou ao *Manifeste des intellectuels* à época do caso Dreyfus na França), sempre esteve associada não apenas a uma especialização de saber ou ao cultivo da instrução, mas também à intervenção e ao engajamento no espaço público. Mas, hoje, numa época conservadora por excelência, quando se reifica aquilo que Gramsci definiu como a “utopia social” do “intelectual tradicional” (aquele que se pretende “neuro” politicamente, ou isolado na torre de marfim da produção do conhecimento), parece ser um problema que um professor universitário tenha militância política. Não é um problema, não é preciso “conciliar” nada. Todo trabalhador, qualquer que seja a função social que exerce, intelectual ou não, pode ter dificuldades de tempo para

trabalhar e participar de formas organizativas ou lutas coletivas, mas entre trabalho e militância não há incompatibilidade nem contradição. As regras do método histórico - a “lógica histórica” - permitem a avaliação do meu trabalho como historiador, quer eu assuma minhas convicções políticas, quer as esconda no armário.

**Em sua tese do doutorado, o senhor estudou a chamada relação entre os “novos” e os “velhos” sindicalismos. Como o senhor avalia os estudos nessa área desde a publicação da sua tese como livro?**

Não estudei apenas a relação entre os “novos” e “velhos” sindicalismos, mas procurei entender em perspectiva temporal mais ampla, entre os anos 1950 e 1960, o sindicalismo carioca. Desde a defesa da tese e a sua publicação em livro (1996 e 1998, respectivamente), a pesquisa sobre o sindicalismo brasileiro desse período cresceu bastante, com os historiadores avançando no tempo em relação aos recortes cronológicos mais tradicionais - o que, no caso da História Social do Trabalho, os prendiam quase sempre ao período pré-1930. Ainda assim as últimas décadas continuam a ser mais estudadas por sociólogos e cientistas políticos, o que nos exige o saudável diálogo interdisciplinar quando delas nos aproximamos.

**Uma polêmica ainda presente nos estudos sobre a relação entre trabalhadores e política é o impasse analítico populismo/trabalhismo. Como o senhor avalia essa questão?**

Escrevi sobre esse debate em alguns de meus trabalhos, como no primeiro capítulo da obra coletiva *Greves e repressão policial no Rio de Janeiro, 1945-1964*. Minha posição é crítica em relação ao uso generalizado da expressão “populismo”, especialmente como adjetivo capaz de rotular uma série diversificada e complexa de fenômenos sociais. Em meu estudo sobre o sindicalismo carioca, critiquei a noção de “sindicalismo populista”, cujos pressupostos foram construídos com base em afirmações que carecem de sustentação empírica. Por outro lado, reconheço no debate original sobre o populismo no Brasil o mérito de tentar dar conta de um processo histórico complexo e contraditório: o da entrada da classe trabalhadora na cena política e dos esforços das classes dominantes para contê-la no interior da ordem, através de uma incorporação controlada à cidadania, o que gerou tensões sociais cuja resolução acabou não sendo possível nos marcos do próprio regime ensejado pelo populismo. A noção de trabalhismo, na forma

como é mais frequentemente empregada, me parece muito menos rica, justamente por diminuir ou mesmo negar a contradição fundamental - a luta de classes - ao apresentar uma homologia simples entre o projeto dos representantes políticos da classe dominante no governo, como Vargas ou Jango (sem muitas explicações para onde se encaixariam “populistas” não “trabalhistas”, como Jânio), e a consciência de classe dos trabalhadores.

**O senhor organizou dois livros que tratam dos mecanismos de repressão do Estado sobre a classe trabalhadora, utilizando basicamente as fontes policiais. Quais são as dificuldades, potencialidades e perspectivas para os pesquisadores que trabalham com essa temática e com fontes desse tipo?**

Acredito que, nos estados em que a sociedade conseguiu resgatar a documentação das polícias políticas para o âmbito das instituições arquivísticas, os historiadores do Brasil contemporâneo encontram nesses acervos uma documentação inescapável para o estudo de temas como sindicalismo, movimento estudantil, organizações políticas, grupos de imigrantes, intelectuais, políticos, e muitos outros. Além disso, é necessário discutir como os órgãos de polícia política foram instrumentos fundamentais para a dominação de classes na história do Brasil republicano, não apenas nos períodos ditatoriais, mas também nas chamadas fases democráticas (como o período entre 1945 e 1964), deixando marcas muito visíveis ainda hoje - como, por exemplo, o uso indiscriminado da tortura como método de “investigação” policial.

**Correr da polícia ou correr para ela? Qual sua análise sobre esse recurso que não foi incomum entre os trabalhadores?**

Por certo que correr da polícia sempre foi o mais comum entre os trabalhadores, no seu dia a dia e nas suas lutas, organizadas ou não. A estratégia de recorrer à polícia para mediar conflitos foi esporadicamente usada por setores menos combativos do movimento sindical e foi usual para os que, em meio às organizações da classe trabalhadora, representaram outros interesses de classe. Mas, definitivamente, para quem como eu vive o Rio de Janeiro dos “caveirões” e “UPPs”, é impossível não perceber que correr da polícia é a regra entre os trabalhadores, especialmente quando falamos de seus setores mais precarizados ou daqueles mais organizados e combativos.

**Em suas pesquisas relacionadas à formação da classe trabalhadora carioca, há um esforço em derrubar as barreiras que compreendem separadamente a experiência de trabalhadores livres e escravos. Quais as possibilidades e as dificuldades em derrubar tais barreiras e quais foram os motivos que o levaram a pesquisar esse período?**

Muitos historiadores, venham eles da tradição de estudos sobre a escravidão ou daquela dedicada às análises do chamado movimento operário, vêm fazendo esforços nessa direção nos últimos anos no Brasil. Fui levado a pesquisar o período de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro em meio a esses esforços. As principais dificuldades para derrubar a barreira de 1888, que creio já estarem sendo superadas, são de duas ordens: em primeiro lugar, é preciso abandonar modelos predefinidos de classe trabalhadora, quase sempre construídos a partir da suposição do que teria sido a classe operária dos países de desenvolvimento industrial mais avançado, especialmente os europeus, para analisar, afinal, qual era a classe trabalhadora que se formou no Brasil; e, em segundo lugar, o que está relacionado ao que acabo de dizer, é necessário repensar a própria construção dos objetos de pesquisa, percebendo que isolar, na análise, trabalhadores escravizados ou trabalhadores ditos livres em situações como as dos centros urbanos escravistas no Brasil da segunda metade do século XIX é um procedimento totalmente artificial.